

LGBTfobia e situação de rua: uma revisão integrativa da literatura

Gilson Gomes Coelho¹
Daíse Moreira dos Reis²
Ester Lima Costa³

Resumo: Na interseccionalidade, mais de duas formas de vulnerabilidade marcam as vivências de um determinado indivíduo. No que diz respeito à LGBTfobia e à realidade da pessoa em situação de rua, faz-se necessário questionar se as demandas em saúde dessa intersecção são atendidas e se as intervenções em saúde são realizadas para esse público. Essa revisão integrativa teve como objetivo investigar os impactos da LGBTfobia na saúde da População em Situação de Rua. Buscou-se textos publicados em português e inglês, entre 2017 e 2023, que abordassem a saúde física e mental desse grupo. Foram selecionadas 16 publicações sendo algumas construídas a partir de uma metodologia etnográfica, na qual o objeto de estudo e os pesquisadores estão em contato direto. Após a leitura de todo o material disponível, compreendeu-se que, apesar de a temática abordada pelos estudos possuir muita relevância social, há uma escassez de estudos abrangentes e muitas dificuldades no acesso a serviços de saúde devido a barreiras como exigência de documentos e discriminação institucional. Embora existam políticas públicas voltadas para esse público, sua implementação é limitada, especialmente em grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Enquadramento interseccional. Minorias sexuais e de gênero. Pessoas em situação de rua. Saúde.

¹ Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Assis. Professor do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: gilsonpsico@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6859345388384152>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0110-4456>.

² Graduanda em Medicina e participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Universidade Estadual do Tocantins. E-mail: daisemoreira@unitins.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0778272056859442>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3030-7295>.

³ Graduanda em Medicina e participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Universidade Estadual do Tocantins. E-mail: limacostaester2002@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1877597410653236>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6287-514X>.

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946, p.1), a saúde é definida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade”. Nesse contexto, a partir de uma análise histórica, é possível perceber que a saúde, enquanto conceito, apresenta caráter dinâmico, pois não representa a mesma coisa para todas as pessoas, dependendo – assim – da classe social, do lugar, da época, de fatores coletivos e individuais e das concepções filosóficas, científicas e religiosas dos indivíduos (Scliar, 2007).

O termo “interseccionalidade” foi inicialmente conceituado pela advogada norte-americana e feminista negra Kimberlé Crenshaw. Em suma, a autora afirma que é na interseccionalidade que dois ou mais eixos de subordinação/vulnerabilidade se encontram, o que, partindo de uma análise estrutural da sociedade, gera consequências para os indivíduos oprimidos pelo patriarcado, pelo racismo, pela desigualdade econômica e por uma gama de outros sistemas discriminatórios sobrepostos ou que se transpassam (Crenshaw, 2002). No Brasil, a assistente social, pesquisadora e feminista negra Carla Akotirene contribui com o debate ao trazê-lo para o território nacional e a torná-lo alvo de questionamentos a respeito de como fatores estruturantes da sociedade como o capitalismo, o racismo e o cisheteropatriarcado podem agir concomitantemente e não de maneira isolada (Akotirene, 2019).

No tocante à LGBTfobia, tem-se que tal conceito aborda o repúdio, a intolerância, o ódio e a discriminação acerca de pessoas que não seguem o padrão cisheteronormativo imposto socialmente (Mello; Brito; Maroja, 2012). Ademais, dentro do que se conhece como LGBTfobia, é possível observar que as violências vivenciadas por um homem gay cisgênero não são semelhantes às de uma mulher lésbica ou bissexual cisgênero, tampouco semelhantes às de uma pessoa trans. Segundo Podestá (2019), o termo “homofobia” adquire caráter centralizador de conceito guarda-chuva, sendo utilizado para abranger as violências contra pessoas LGBT como um todo – de modo a não reconhecer as especificidades individuais e subjetivas dessas pessoas – e servindo como marcador no tocante à orientação homossexual, mas não no que diz respeito às demais orientações

sexuais ou às múltiplas identidades/expressões de gênero existentes. Assim, recortes mais específicos como a transfobia, a bifobia, a gayfobia e a lesbofobia sofrem apagamento.

Sob tal ótica, faz-se necessário assimilar as diferenças entre os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual. Para Butler (2003), enquanto o sexo mantém vínculos com a biologia, a partir de noções aparentemente fixas, o gênero pode ser construído sob um viés cultural, ou seja, fundamentado a partir de construções sociais. Butler ressalta, ainda, que o gênero não corresponde meramente a significados consolidados sob os moldes de um sexo previamente determinado. Quanto à orientação sexual, essa se expressa por meio da capacidade individual e subjetiva dos indivíduos de se relacionar – seja emocional, sexual ou afetivamente – com outrem, podendo-se construir uma relação com alguém que se identifique como pertencente ao gênero oposto, ao mesmo gênero, a mais de um gênero ou a gênero algum (Nemi Neto, 2015).

A partir disso, tratando sobre a LGBTfobia de modo amplo, ou seja, com base em uma visão geral e não em recortes específicos das diversas orientações sexuais e identidades de gênero existentes, a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) têm sua existência marcada pela violência, pela marginalização, pela estigmatização e pelo desamparo familiar e governamental, o que contribui para o seu adoecimento mental (Tagliamento *et al.*, 2020). Por conseguinte, aumenta-se o número de pessoas LGBT em situação de rua, visto que marcadores sociais de classe, raça e de gênero, bem como copiosos episódios relacionados à fragilização de laços familiares e empregatícios, sentenciam esses indivíduos à essa realidade de extrema vulnerabilidade (Coelho, 2022). Portanto, indivíduos LGBT em situação de rua ocupam dois nichos marcados por vulnerabilidades: LGBT/População em Situação de Rua (PSR).

No que se refere à População em Situação de Rua (PSR), tem-se que esta é um grupo composto por indivíduos extremamente diferentes em sua subjetividade, mas que compartilham vulnerabilidades como o pauperismo extremo, a carência de uma moradia tradicional e regular, a ruptura ou a fragilidade de laços familiares e a utilização de locais públicos (praças, calçadas, estacionamentos) para fins de sustento e de moradia, seja permanentemente ou de maneira temporária (Brasil, 2009). Para além disso, Sousa e Macedo (2019) alertam que as questões sociais (violência, exclusão, analfabetismo,

desemprego, situação de rua e fome) geradas pelo Sistema Capitalista interferem diretamente na realidade dos indivíduos em posição vulnerável. Dessa forma, os direitos que compõem a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), não alcançam esses indivíduos, os quais carecem de cuidados em saúde, oportunidades, relações consolidadas, além de sofrerem um rebaixamento extremamente violento que molda a forma com a qual esses indivíduos são tratados, popularizando discursos meritocratas e inconstitucionais.

Nesse cenário, a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua (Brasil, 2009), versa sobre a reestruturação de serviços de acolhimento temporários; a garantia de acesso amplo às políticas públicas de educação, saúde, assistência social, segurança, emprego, renda; o desenvolvimento de ações educativas permanentes voltadas para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e outros grupos sociais, a fim de que se sustente a observância aos direitos humanos. Outrossim, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) – instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 –, que é considerada um marco histórico nas políticas públicas de saúde no Brasil ao reconhecer as demandas desta população em condição de vulnerabilidade, é também um documento norteador e legitimador das necessidades, subjetividades e especificidades da população LGBT em território nacional, buscando construir um Sistema Único de Saúde (SUS) mais equânime (Brasil, 2011).

Entretanto, o que se observa no cotidiano da PSR/LGBT em muito se distancia do que as políticas em questão estabelecem e preconizam, principalmente nos grandes centros urbanos, onde o alto número de pessoas em situação de rua é acompanhado do apagamento, do silenciamento e da marginalização enfrentados por esse grupo e as pessoas LGBT são cotidianamente violentadas (Resende; Mendonça, 2019). Quanto ao perfil desses indivíduos, a partir de dados coletados de pessoas cadastradas no Cadastro Único, observou-se um perfil majoritariamente masculino, adulto e composto por pessoas negras (Brasil, 2023). Vale ressaltar que, dentre todos os recortes realizados ao longo do texto supracitado, como o etário e o de raça, não se faz qualquer menção à população

LGBT que se encontra em situação de rua, o que – mais uma vez – corrobora o apagamento sofrido por esse grupo.

Em suma, a partir de uma análise interseccional, este estudo teve como objetivo investigar, por meio de uma revisão integrativa de literatura, o modo como a LGBTfobia agrava os impactos na saúde das pessoas em situação de rua, que já enfrentam condições extremas de vulnerabilidade, exacerbando os efeitos do sofrimento físico e mental dessa realidade.

Metodologia

A partir da delimitação da área escolhida para a pesquisa, formulou-se a seguinte questão norteadora: “Como a LGBTfobia agrava os impactos na saúde das pessoas em situação de rua, que já enfrentam condições extremas de vulnerabilidade, exacerbando os efeitos do sofrimento físico e mental dessa realidade?”. Sob uma análise interseccional, buscou-se compreender a relação “pessoa em situação de rua-LGBTfobia”.

As bases de dados escolhidas foram: SciELO, Lilacs e Medline e houve restrição quanto ao período de publicação, que incluiu apenas material acadêmico (tais como dissertações, teses, artigos científicos e revisões de literatura) que abordasse a temática entre os anos de 2017 e 2023, pois foi realizada uma filtragem de publicações nos últimos dez anos e, de acordo com a qualidade, os que permaneceram estavam inseridos nesse período, nos idiomas inglês e português. Quanto aos critérios de exclusão, tem-se que todo material não condizente com os critérios inclusivos não foi utilizado como fonte de pesquisa.

Desse modo, baseando-se nas seis fases de construção de uma revisão integrativa da literatura, propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010), o estudo foi construído e estruturado. As fases mencionadas são: 1^a Fase: elaboração da pergunta norteadora; 2^a Fase: busca ou amostragem na literatura; 3^a Fase: coleta de dados; 4^a Fase: análise crítica dos estudos incluídos; 5^a Fase: discussão dos resultados e 6^a Fase: apresentação da revisão integrativa.

A partir da leitura de todos os títulos, foram selecionados os potenciais trabalhos a serem incluídos. A seguir, os trabalhos selecionados tiveram seus resumos lidos e analisados, a fim de estreitar o campo da revisão e de incluir aqueles que iam ao encontro do intuito da presente pesquisa, sendo excluídos os que não correspondiam ao tema e os duplicados. Os estudos selecionados até esse momento foram então lidos integralmente e avaliados quanto à correspondência com a questão norteadora.

Os descritores “Saúde” AND “Pessoas em Situação de Rua” AND “Interseccionalidade” estão indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As outras palavras utilizadas são palavras-chave costumeiramente presentes na área e que foram utilizadas como parâmetros de busca. Todos os descritores estão analogamente indexados no sistema de Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Para os materiais publicados em inglês e nas bases de dados estrangeiras os termos utilizados foram: “Mental Health” AND “Homelessness” OR “Homeless People” AND “Intersectional Framework” AND “Brazil”. Por fim, após a coleta de dados, realizou-se a análise crítica dos estudos incluídos, que levou em consideração os níveis de evidência, e construiu-se a presente revisão integrativa da literatura.

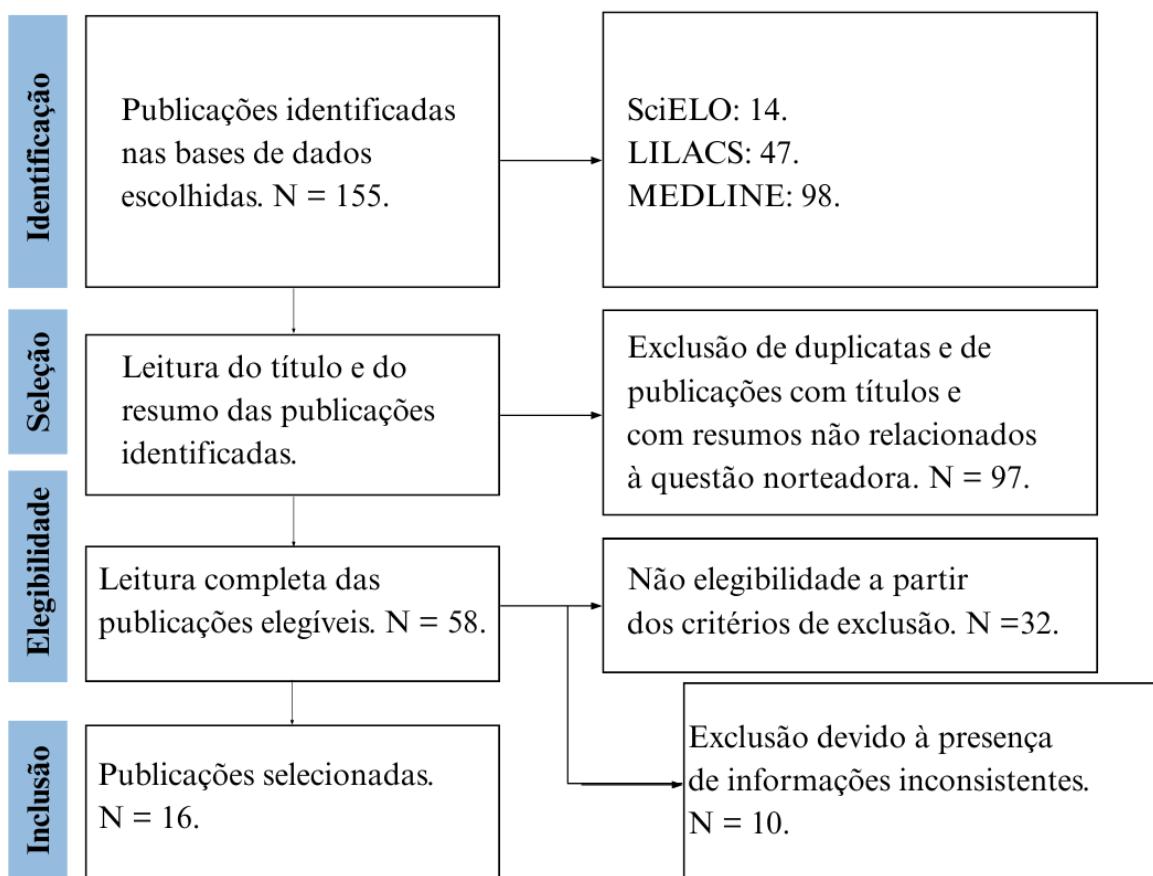
Sob tal ótica, a extração dos dados foi arquitetada a partir dos seguintes itens: título, autores, ano de publicação, objetivos, métodos, resultados e conclusões. Além disso, para sistematizar o processo seletivo dos materiais, aplicou-se o método PRISMA, a fim de assegurar - com transparência - o relato de revisões, os métodos utilizados e os achados (Galvão *et al.*, 2022).

Resultados

A princípio, a busca inicial nas bases de dados escolhidas totalizou 155 artigos. A partir disso, após a leitura dos títulos e dos resumos, bem como após a identificação de duplicatas, foram excluídas 97 publicações. Em seguida, dividiu-se as publicações restantes em elegíveis e não-elegíveis levando-se em conta os critérios de inclusão e os de exclusão. Dessa forma, foram excluídas 32 obras. Posteriormente, outras dez publicações foram excluídas por apresentarem informações inconsistentes, ou seja,

contradições quanto aos dados e referências dubitáveis. Por fim, restaram 16 publicações que foram não apenas lidas integralmente, mas também selecionadas e analisadas para posterior construção de uma tabela comparativa. Assim, as 16 publicações foram incluídas na presente revisão (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção das publicações selecionadas para a revisão



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ademais, no Quadro 1 encontra-se o detalhamento das 16 produções incluídas, realizadas no Brasil, nos estados de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Santa Catarina, entre outros, sendo elas organizadas em ordem cronológica de publicação a partir de 2017.

Quadro 1 – Caracterização das publicações quanto à autoria, ano de publicação e título.

ANO	AUTORES	TÍTULO
2017	VAN WIJK; MÂNGIA.	O cuidado a pessoas em situação de rua pela Rede de Atenção Psicossocial da Sé
2018	RODRIGUES; LIMA; HOLANDA.	Identidade, drogas e saúde mental: narrativas de pessoas em situação de rua
2019	PRADOS; BRANDÃO; PERUCCCHI.	Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano
2019	VAN WIJK; MÂNGIA.	Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa
2019	SANTIAGO; SANTOS.	Uma etnografia da atenção à saúde mental de sujeitos em situação de rua.
2019	CAMPOS; CARDOSO; MORETTI-PIRES.	Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC
2020	CARDOSO; MORETTI-PIRES; CAMPOS.	Gênero, sexualidade e saúde: mapeamento das exclusões de pessoas LGBT em Situação de Rua frente nos serviços de saúde no Município de Florianópolis, SC
2020	SILVA <i>et al.</i>	Desvelando a cultura, o estigma e a droga enquanto estilo de vida na vivência de pessoas em situação de rua
2020	VIANNA <i>et al.</i>	Política de redução de danos e o cuidado à pessoa em situação de rua
2020	MEDEIROS; AMORIM; NOBRE	Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções
2022	ANDRADE <i>et al.</i>	O acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua: uma revisão integrativa
2022	PEDROSA; CÁRCERES-SERRANO.	Centro Pop e Intersetorialidade: o problema da articulação com a rede de saúde mental
2022	PAIVA; GUIMARÃES.	População em situação de rua e Rede de Atenção Psicossocial: na corda bamba do cuidado
2022	GOMES <i>et al.</i>	Saúde dos indivíduos em situação de rua: entre queixas, sintomas e determinantes das doenças crônicas
2022	GRATTAN <i>et al.</i>	Risk and resilience factors for youth homelessness in Western countries – a systematic review
2023	SCHIFFLER <i>et al.</i>	Characteristics and effectiveness of co-designed mental health interventions in primary care for people experiencing homelessness: a systematic review

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Quanto às metodologias escolhidas pelos autores/pesquisadores, percebeu-se que essas variam entre abordagens quantitativas ou qualitativas, sendo a maioria delas marcada pelo caráter etnográfico. Encontrou-se também produções construídas a partir de entrevistas semiestruturadas e de estudos observacionais descritivos de base documental.

No que diz respeito aos objetivos, alguns estudos buscaram compreender a realidade em saúde da população LGBT em situação de rua, ora por meio de um recorte amplo de saúde, ora a partir de recortes exclusivos de saúde mental. Nesse sentido, fatores como o uso abusivo de drogas psicoativas, a busca por atendimento em saúde apenas em episódios de extrema urgência e o descaso com essa população em específico foram identificados e discutidos (Paiva; Guimarães, 2022).

Sobre os resultados e as conclusões, notou-se que a cidadania muitas vezes é colocada à prova quando as vulnerabilidades econômicas, de gênero, de orientação sexual e de saúde se encontram, comprometendo a vivência de um número significativo de pessoas. Percebeu-se também que o eixo “pessoas LGBT em situação de rua” carece de estudos detalhados sobre a causa, o que dificulta a aquisição de um maior conhecimento sobre esta população tão heterogênea.

Considerando-se que os estudos inseridos na presente revisão integrativa da literatura contam com dados de diferentes locais, dentro e fora do Brasil, é possível identificar que as dificuldades enfrentadas por pessoas LGBT em situação de rua no estado do Rio Grande do Norte, são diferentes daquelas enfrentadas pela PSR-LGBT em Florianópolis, Curitiba, entre outros. Nesse sentido, Prados, Brandão e Perucchi, (2019) ratificam, assim como Grattan, et. al. (2021); Schiffler, et.al. (2023) – em seus estudos – que é imprescindível realizar uma pesquisa abrangente que explore a forma de subjetividade inerente a esses corpos que enfrentam marginalização e violência no dia a dia.

Outrossim, três artigos apresentaram apontamentos quanto ao Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop). No estudo de Santiago e Santos (2019), através de entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua que faziam uso do Centro Pop e profissionais do Centro Pop, desafios como a distância entre o local onde as pessoas em situação de rua costumam ficar e o Centro de

Atenção Psicossocial (CAPS) – o que fazia com que essas pessoas procurassem pelo Centro Pop que era mais próximo – bem como o momento psicológico pelo qual esses indivíduos estavam passando contribuem para a dificuldade em buscar ativamente e realizar o acolhimento desse público. Segundo Silva *et al.* (2020); Vianna, et. al. (2020); Paiva e Guimarães (2022), sob uma análise microestrutural que leva em consideração os relatos sobre o Centro de Referência Especializado para pessoas em "situação de rua" (Centro POP), são apontadas a ineficiência dos serviços oferecidos e o descaso por parte dos profissionais. De acordo com Pedrosa e Cáceres-Serrano (2022), embora o Centro Pop demonstre uma resposta positiva significativa ao ser integrado aos serviços de saúde mental em grande parte das situações, há uma notável fragilidade na sua articulação com os serviços de urgência e emergência, por exemplo. Essa dificuldade acarreta desafios na priorização adequada do atendimento à população em situação de rua.

Discussão

Através dessa revisão, buscou-se compreender quais são os impactos da LGBTfobia na saúde da população em situação de rua por meio de uma perspectiva interseccional.

A LGBTfobia tem um impacto devastador na saúde dos indivíduos. No tocante à realidade da PSR-LGBT, a discriminação age intensificando as dificuldades que essas pessoas já enfrentam devido a desigualdades interligadas, como identidade de gênero, orientação sexual, raça e classe. Como Carla Akotirene explica ao falar sobre interseccionalidade (2019), essas opressões não acontecem de forma isolada, mas se cruzam, criando experiências únicas de exclusão e sofrimento. Pessoas LGBT que vivem nas ruas frequentemente encontram portas fechadas quando buscam atendimento de saúde, enfrentam discriminação e violência, e muitas vezes não têm o suporte da família ou de outras redes de apoio. Reconhecer essa realidade exige não apenas empatia, mas também a criação de políticas públicas que tratem essas pessoas com respeito, oferecendo cuidados que considerem as várias formas de exclusão que elas enfrentam no dia a dia.

A partir dos estudos incluídos na presente revisão integrativa da literatura, percebeu-se que a PSR é múltipla, apresentando caráter heterogêneo e diferente do que normalmente é caracterizado pelo “senso comum”. Nesse sentido, o “senso comum” diz respeito aos estigmas associados à PSR, sendo que – a partir deles – constrói-se uma visão sobre pessoas em situação de rua alicerçada pela discriminação, pelos estereótipos e pela ausência do senso crítico ou do interesse em se debruçar sobre as questões que marcam o cotidiano dessa população. Dentre os artigos selecionados, muitos apontaram a escassez de pesquisas voltadas para a PSR, de modo a não abordar de maneira fidedigna as vivências desses indivíduos e a não captar integralmente sua essência ou complexidade. Quando acrescentado o recorte de gênero e de sexualidade, a fim de abordar a interseccionalidade estruturante desse recorte em específico, ou seja, pessoas que compõem a comunidade LGBT e que se encontram em situação de rua, a quantidade de publicações acerca da temática decaiu ainda mais.

Consoante Andrade *et al.* (2022), a maneira com a qual os serviços de saúde são gerenciados e organizados atualmente realiza a manutenção da exclusão da população em situação de rua (PSR). Isso se dá, principalmente, devido às barreiras estruturais marcadas por similaridades nos múltiplos pontos das redes de atenção à saúde. Como marcadores de exclusão, tem-se a exigência de documentos de identificação e de comprovantes de endereço. Em contrapartida, por meio da Atenção Primária, equipes especializadas e equipes de consultório na rua buscam facilitar o acesso da PSR aos serviços de saúde.

Diante dos impasses enfrentados pelas PSR no que diz respeito à saúde, seja ela física ou mental, nota-se que as barreiras estruturais supracitadas agem, inclusive, sobre os níveis assistenciais de complexidade em saúde, sendo eles: atenção primária, média complexidade e alta complexidade. Fato é que as pessoas em situação de rua recorrem aos serviços de saúde principalmente quando o quadro de adoecimento já se agravou demasiadamente (Andrade *et al.*, 2022). Assim, não se realiza um trabalho preventivo com essas pessoas e, para além disso, o atendimento ofertado não é humanizado, mas sim marcado pela intolerância e pela marginalização.

A Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua

O decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 estabelece a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua como medida de inclusão para a população em situação de rua no que diz respeito a contextos culturais, políticos, econômicos e de saúde. À vista disso, o Artigo 5.º determina os princípios dessa política, que incluem: o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e respeito à vida e à cidadania, o atendimento humanizado e universalizado e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (Brasil, 2009).

Neste decreto, fala-se muito a respeito de se garantir profissionais e gestores aptos a atuarem no desenvolvimento de políticas públicas de caráter intersetorial e intergovernamental com o intuito de oferecer dignidade e cidadania à pessoa em situação de rua. Fala-se também sobre incentivar a pesquisa e a produção – bem como a divulgação – de conhecimentos sobre as incontáveis vivências e experiências da população em situação de rua, de modo a contemplar a sua heterogeneidade e a diversidade humana amplamente.

Entretanto, esquece-se que não basta apenas decretar. É preciso, a partir dos decretos, organizar, estruturar e colocar em prática ações que contribuam de fato com a melhoria na qualidade de vida das pessoas em situação de rua. Ademais, no que tange à orientação sexual, ao gênero e aos fatores econômicos, é preciso primeiramente reconhecer que o Brasil foi um país marcado por uma colonização conservadora e cristã, e que isso, somado à desigualdade de renda e à má distribuição do território (Prados; Brandão; Peruccchi, 2019), contribui para que a população LGBT em situação de rua seja duplamente ou triplamente vulnerável.

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)

Assegurada pelos princípios constitucionais, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), de 1º de dezembro de 2011, é estabelecida como medida inclusiva para pessoas que não estão inseridas no contexto de cisheteronormatividade. Nesse sentido, essa política tem como objetivo mitigar a discriminação e a intolerância institucional contra pessoas LGBT dentro do SUS, de modo a garantir um Sistema Único de Saúde verdadeiramente integral, universal e equitativo (Brasil, 2011).

Analizando os desafios contemporâneos acerca da saúde da população LGBT, Melo *et al.* (2020) afirmam que as necessidades desse grupo seguem desconhecidas de uma parte significativa dos profissionais de saúde. A falta de atendimento adequado para pessoas LGBT faz com que a procura por suporte em saúde ocorra apenas em situações extremas, o que exclui – ou diminui significativamente – a possibilidade de se realizar a prevenção, a promoção e a educação em saúde.

Sob tal ótica, é preciso estimular reflexões acerca da postura dos profissionais de saúde, a fim de se construir um ambiente de atendimento mais acolhedor. Para que isso ocorra, faz-se fundamental alinhar as políticas públicas vigentes e as demandas específicas das populações atendidas com a capacitação dos agentes responsáveis pelo cuidado.

O conceito amplo de saúde voltado para a comunidade LGBT em situação de rua

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é definida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946, p.1). Somado a isso, a Constituição Federal de 1988 estabelece no Artigo 5º a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Roberto, 2004). Entretanto, não é isso que se observa na realidade, o que confere caráter utópico tanto ao conceito de saúde cunhado pela OMS quanto ao Artigo 5º da Constituição Brasileira.

Nesse sentido, a PSR-LGBT, que é duplamente marginalizada – isto é, considerando-se os recortes de gênero dissidente e de moradia – mantém-se distante da cidadania que, supostamente, marca o cotidiano dos brasileiros. Sob tal ótica, Prados, Brandão e Perucchi (2019) afirmam que as concepções acerca de direitos humanos no Brasil apresentam algumas camadas. Ressalta-se, como uma dessas nuances, que – em território nacional – ao falar sobre direitos fundamentais, é frequente a propagação de concepções que tendem a individualizar e culpabilizar os indivíduos por suas condições de vida, não levando em consideração os determinantes sociais, históricos, econômicos e políticos, que estruturam a realidade dessas pessoas.

Segundo Van Wijk e Mângia (2017), o trabalho intersetorial é considerado crucial no cuidado oferecido a essa população, embora nem sempre seja possível sua plena efetivação. Entende-se, desse modo, que a intersetorialidade pode vir a contribuir para a diminuição dos danos em saúde e para a ampliação da cidadania, possibilitando um alinhamento entre o cuidado oferecido pelos serviços de saúde às pessoas em situação de rua e as diretrizes propostas. Portanto, consoante Van Wijk e Mângia (2019), é fundamental fortalecer a oferta de atenção intersetorial à população em situação de rua, especialmente para aquelas pessoas que enfrentam algum tipo de transtorno mental. Fato é que pessoas inseridas na intersecção PSR-LGBT, além de apresentarem maneiras muitas diversas de se viver, são limitadas pelos estereótipos e estigmas. Estereótipos e estigmas estes que talvez nem mesmo a intersetorialidade unicamente seja capaz de contornar, visto que as pessoas que vivem nas ruas – em sua maioria – evitam buscar atendimento profissional devido a experiências negativas prévias (Campos; Cardoso; Moretti-Pires, 2019).

Conforme Campos, Cardoso e Moretti-Pires (2020), a porta de entrada para os serviços de saúde, para a PSR-LGBT, acaba sendo os serviços de urgência e emergência, e quando essa procura ocorre, os profissionais de saúde tendem a focar em determinadas doenças infecciosas e transmissíveis, como a tuberculose, tal qual Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), como o *Human Immunodeficiency Virus* (HIV) / Vírus da Imunodeficiência Humana, pouco considerando as demandas individuais e subjetivas de cada paciente. Nesse cenário, os indivíduos que vivem em situação de rua e que são

LGBT, além de passarem por diversas violências e negligências, sofrem um silenciamento em massa, onde suas queixas são pouco – ou nada – consideradas e sua autonomia em saúde não chega a ser reconhecida.

Os impactos da LGBTfobia sobre as vivências da comunidade LGBT em situação de rua

A LGBTfobia aborda o repúdio, a intolerância, o ódio e a discriminação acerca de pessoas que não seguem o padrão cisheteronormativo imposto socialmente (Mello; Brito; Maroja, 2012). Ao que se pôde observar a partir dos estudos incluídos nesta revisão integrativa da literatura, a discriminação acerca das questões de gênero e orientação sexual, quando somado à vulnerabilidade econômica e de moradia, impacta diretamente na saúde mental e física desses indivíduos.

Conforme Medeiros, Amorim e Nobre (2020), as pessoas LGBT são alvo de violência diariamente, seja na rua ou fora dela. Quanto à LGBTfobia, tem-se que esta pode vir a ser – inclusive – a causa de conflitos familiares, que mais tarde serão a causa da expulsão dessas pessoas de seus lares, inserindo-as no contexto de situação de rua. Ademais, as pessoas LGBTs enfrentam uma maior vulnerabilidade à violência e aos maus-tratos em comparação com pessoas heterossexuais, mesmo quando ambas estão em situação de rua. Portanto, afirma-se que a população LGBT que vive nas ruas é duplamente vulnerável.

Dessa forma, nichos produtores de exclusão empurram esses indivíduos para as margens da sociedade, dando voz a quem realiza a opressão da população LGBT em situação de rua e não permitindo que esses indivíduos sejam contemplados pelo que se conhece como cidadania. É negado o direito de morar, de viver, de simplesmente ser e existir sem pedir licença. Em muitos casos, lhes é negado inclusive o direito à vida. Por isso, compreender que a integração de marcadores sociais, como sexo, classe, raça e gênero, entre outros, pode fornecer pistas valiosas para uma melhor compreensão das necessidades da PSR-LGBT e aparato para que políticas públicas reparadoras voltadas para esse público é essencial.

Considerações finais

Diante do material científico encontrado a partir da presente revisão integrativa da literatura, concluiu-se que, no tocante à saúde física e/ou mental da população LGBT em situação de rua, é fundamental que profissionais da saúde passem por frequentes capacitações, a fim de melhorar a abordagem e o acolhimento voltados à essa população. Ademais, ao considerar que a estrutura social heteronormativa influencia a maneira com a qual a PSR-LGBT é vista e tratada, mesmo fora dos ambientes de saúde, é preciso garantir que a integridade física dessas pessoas seja garantida.

Para além de sobreviver, é preciso garantir à população LGBT em situação de rua o direito de viver, é preciso escutar sua voz, suas demandas, e é preciso legitimar os seus processos e as suas experiências, lutando contra a LGBTfobia e a exclusão social. Assim, faz-se necessário fomentar pesquisas voltadas para a realidade dessas pessoas, já que a escassez de estudos recentes voltados para essa temática marca a realidade brasileira e internacional.

Portanto, este trabalho vem com o intuito não de findar discussões sobre a LGBTfobia no contexto de rua, mas sim de instigar a curiosidade quanto à análise da população LGBT em situação de rua a partir de uma perspectiva interseccional, estimulando o debate sobre a cidadania, a estigmatização, os estereótipos, os gêneros dissidentes, a violência e a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ANDRADE, Rebeca de *et al.* O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 227-239, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213216>. Acesso em: 3 dez. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988.** Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. não paginado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. Portaria n. 2836/GM/MS, de 1 de dezembro de 2011. Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do SUS, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, e dá outras providências. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatricesConsolidacao/comum/13608.html>. Acesso em: 7 set. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 79-90, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S806>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; DE CAMPOS, Dalvan Antônio. Gênero, sexualidade e saúde: mapeamento das exclusões de pessoas LGBT em Situação de Rua frente nos serviços de saúde no Município de Florianópolis, SC. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 54255-54266, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-005>. Acesso em: 3 dez. 2024.

COELHO, G. G. **Vicissitudes da LGBTfobia:** um estudo sobre a situação de rua e o abandono de pessoas LGBT na cidade de São Paulo. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/af490898-5331-46fe-818e-85c5a7de9ee6>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GALVÃO, T. F.; TIGUMAN, G. M. B.; SARKIS-ONOFRE, R. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas.

Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 31, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ss2237-9622202200011>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GOMES, R. S. *et al.* Saúde dos indivíduos em situação de rua: entre queixas, sintomas e determinantes das doenças crônicas. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 3233-3233, 2022. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3233>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GRATTAN, R. E. *et al.* Risk and Resilience Factors for Youth Homelessness in Western Countries: A Systematic Review. **Psychiatric Services**, v. 73, n. 4, p. appi.ps.2020001, 29 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1176/appi.ps.20200013>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MEDEIROS, L. P. DE; AMORIM, A. K. DE M. A.; NOBRE, M. T. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n1/07.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MELO, I. R. *et al.* O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, p. 63-78, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/pssa.vi.1047>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>. Acesso em: 4 dez. 2024.

NEMI NETO, João. Questões de identidade (s) de gênero (s) e orientação sexual: uma abordagem através da Pedagogia Queer. **Revista espaço acadêmico**, v. 1, n. 168, p. 27-34, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27365/14610>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde** (OMS/WHO). 1946. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.

PAIVA, I. K. S. DE; GUIMARÃES, J. População em situação de rua e Rede de Atenção Psicossocial: na corda bamba do cuidado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, p. e320408, 6 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320408>. Acesso em: 4 dez. 2024.

PEDROSA, T. B.; CÁCERES-SERRANO, P. Centro Pop e Intersetorialidade: o problema da articulação com a rede de saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27,

n. 1, p. 161-172, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19822021>. Acesso em: 4 dez. 2024.

PODESTÁ, L. L. Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i1.27873>. Acesso em: 4 dez. 2024.

PRADOS, N. C. da C.; BRANDÃO, B. C.; PERUCCHI, J. Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 2, n. 5, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.5.9936>. Acesso em: 4 dez. 2024.

RESENDE, V. DE M.; MENDONÇA, D. G. DE. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 35, n. 4, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X2019350413>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ROBERTO, Luciana Mendes Pereira. O direito à vida. *Scientia Iuris*, p. 340-353, 2004. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/11138>. Acesso em: 7 fev. 2023.

RODRIGUES, J. S.; LIMA, A. F. DE; HOLANDA, R. B. Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 424-436, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>. Acesso em: 4 dez. 2024

SANTIAGO, E.; SANTOS, L. Uma etnografia da atenção à saúde mental de sujeitos em situação de rua. **Revista do Departamento de Ciências Humanas-UNISC**, v. 55, p. 81-101, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.13973>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SCHIFFLER, T *et al.* Characteristics and Effectiveness of Co-Designed Mental Health Interventions in Primary Care for People Experiencing Homelessness: A Systematic Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 1, p. 892, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph20010892>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SCLiar, M. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SILVA, A. B. DA *et al.* Desvelando a cultura, o estigma e a droga enquanto estilo de vida na vivência de pessoas em situação de rua. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.

10, p. 3713–3721, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SOUZA, A. P.; MACEDO, J. P. População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35510>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SOUZA, T. S.; SILVA, M. D. CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-108, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 4 dez. 2024.

TAGLIAMENTO, Grazielle *et al.* Minha dor vem de você: Uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 77-112, 2020. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/349933076_Minha_dor_vem_de_voce_uma_analise_das_consequencias_da_LGBTfobia_na_saude_mental_de_pessoas_LGBTs. Acesso em: 22 jun. 2023.

VIANA, L. S *et al.* Política de redução de danos e o cuidado à pessoa em situação de rua. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 16, n. 2, p. 57-65, 1 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606//issn.1806-6976.smad.2020.157479>. Acesso em: 4 dez. 2024.

WIJK, L. B. VAN; MÂNGIA, E. F. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3357-3368, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.29872017>. Acesso em: 4 dez. 2024.

WIJK, L. B. VAN; MÂNGIA, E. F. O cuidado a Pessoas em Situação de Rua pela Rede de Atenção Psicossocial da Sé. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 115, p. 1130-1142, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.29872017>. Acesso em: 4 dez. 2024

LGBTphobia and homelessness: an integrative literature review

Abstract: In intersectionality, more than two forms of vulnerability shape the experiences of an individual. Regarding LGBTphobia and the reality of homelessness, it is essential to question whether the health demands of this intersection are being met and whether health interventions are effectively implemented for this population. This integrative review aimed to investigate the impacts of LGBTphobia on the health of the homeless population. The study analyzed texts published in Portuguese and English between 2017 and 2023 that addressed the physical and mental health of this group. Sixteen publications were selected, some based on ethnographic methodologies where researchers directly

interact with the study subjects. After reviewing all available materials, it was evident that, despite the social relevance of the topic, there is a lack of comprehensive studies and significant difficulties in accessing health services due to barriers such as the requirement for identification documents and institutional prejudice. Although public policies exist to support this population, their implementation remains limited, especially in large urban centers.

Keywords: Intersectional framework. Sexual and gender minorities. People experiencing homelessness. Health.

Recebido: 25/09/2024

Aceito: 05/04/2025